

Controle maior nas escolas públicas

Daniela Lima

CEDOC/MINERVINO JÚNIOR/4.1.2006

As escolas públicas do DF terão equipamentos de monitoramento eletrônico para controlar a entrada e saída dos professores. A decisão partiu da Secretaria de Educação, após denúncias de que alguns educadores não estão cumprindo a carga horária de 40 horas semanais. Eles estariam se dedicando meio período ao ensino público e, no resto do dia, dão aulas em escolas particulares, o que não é permitido. A secretária investiga, ainda, informações de profissionais que possuem a matrícula registrada duas vezes na folha de pagamento e, por conta disso, recebem dois salários. Além disso, há denúncia de que tem gente vendendo licença médica para os professores dentro do órgão.

Quanto ao monitoramento eletrônico, a secretária Maria Helena Guimarães ainda está estudando qual será o melhor método: se adota o uso de pontos eletrônicos ou usa programas de computador para garantir que o contrato de dedicação exclusiva, firmado entre o GDF e os professores, seja respeitado. "Queremos garantir que as 40 horas estão sendo cumpridas. Esse é um direito do aluno, da comunidade", disse Maria Helena. Além do monitoramento, a Secretaria de Educação vai instaurar duas auditorias para apurar as denúncias.

Quanto aos professores que recebem dois salários, Maria Helena garantiu que a auditoria comprovará ou não essas fraudes. "Estão jogando



■ SECRETÁRIA MARIA HELENA: "QUEREMOS GARANTIR QUE AS 40 HORAS SEMANAIS SEJAM CUMPRIDAS"

com o dinheiro público. O salário daqui é o maior do País", ressaltou a secretária. O professor do DF recebe, em média R\$ 3,6 mil. Enquanto em São Paulo, a maior rede de ensino do Brasil, o salário médio é de R\$ 1,6 mil.

As duas auditorias vão contar com a ajuda da Secretaria de Fazenda, que vai analisar os gastos com a folha de pagamento dos professores, e a Procuradoria-Geral do GDF. Uma delas irá investigar porque os salários dos professores consomem 88% do orçamento da educação. Em estados como São Paulo, por exemplo, esse gasto corresponde a 70% da verba destinada para a área. "Em quatro anos, a folha de

pagamento aumentou 45%. Em contrapartida, o número de alunos diminuiu 23%. Isso não faz sentido. A folha é impagável", avaliou a secretária.

A outra auditoria irá investigar o excesso de licenças médicas que são concedidas aos professores do DF. Segundo a secretária, 30% do número de professores ativos (27,7 mil), estão fora das salas de aula alegando problemas de saúde. "Em São Paulo, onde são 300 mil educadores, a média de licenças é de 6%", comparou Maria Helena. Denúncias de que as licenças médicas são vendidas para os professores também chegaram às mãos da secretária. Esse será um dos alvos da investigação. "A se-

cretaria estava abandonada. Não ficará mais. Estou aqui há apenas 18 dias. Mas em seis meses, quero estar com tudo regularizado", declarou.

■ Apoio

O Sindicato dos Professores (Sinpro-DF) considera as denúncias graves e diz que apóia incondicionalmente as duas auditorias. "Professor que faz isso é porque tem amigos comissionados dentro do GDF que lhe dão garantias", disse Lânia Maria Pinheiro, diretora do Sinpro. Quanto ao monitoramento eletrônico, a entidade diz que é a favor da medida, desde que o GDF se comprometa a pagar horas extras de trabalho, caso elas ocorram.